

## **REQUERIMENTO**

### **ASSUNTO : CENTRO DE SAÚDE DE ANGRA DO HEROÍSMO**

Paira na opinião pública, na sociedade, nos cidadãos e até na maioria das instituições do Serviço Regional de Saúde uma justificada preocupação com as questões do financiamento do Sistema, da suborçamentação das unidades de saúde, que ano após ano vêm os recursos financeiros serem reduzidos face às suas necessidades reais e à dificuldade acrescida com a falta mais visível de alguns profissionais de saúde, mais concretamente, de médicos de família.

Tinha-se conhecimento que o problema crónico do subfinanciamento do Serviço Regional de Saúde e a consequente dívida administrativa acumulada se agravava, mas a situação agudizou-se de tal forma, que há uma unidade de saúde considerada em estado económico-financeiro de falência técnica e a continuar assim, poderá pôr em causa, a médio prazo, os objectivos de um serviço público de prestação de cuidados de saúde, que é a única finalidade do Serviço Regional de Saúde.

Todos sabemos o importante que é para os cidadãos um serviço de cuidados de saúde bem organizado, optimizando todos os seus recursos, com vista a corresponder melhor aos utentes, em termos de qualidade, humanização e eficiência.

É neste contexto, que o PSD/A e o seu Grupo Parlamentar tem dedicado uma especial atenção política ao sector da saúde, efectuando visitas de trabalho a unidades de saúde, solicitando reuniões com profissionais de saúde ou com as organizações sócio-profissionais e sindicais que os representam e levando ao Parlamento, com periodicidade adequada, as questões mais prementes do funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

O Parlamento Regional e consequentemente os Partidos e a própria opinião pública tomaram conhecimento do Relatório do Tribunal de Contas – Secção Regional dos Açores, elaborado no ano passado, na sequência da Auditoria nº 14/2000, feita ao Centro de Saúde de Angra do Heroísmo, uma das duas unidades de cuidados de saúde primários da Ilha Terceira.

O conteúdo do Relatório Preliminar de Auditoria, a generalidade das conclusões e recomendações formuladas, identificam que este Centro de Saúde enfrenta diversos problemas, sendo a situação financeira a mais complexa, matéria que tem merecido, politicamente, por parte do PSD, a necessária atenção e preocupação.

O documento em causa, no capítulo das Recomendações, para além de dedicar atenção às questões do absentismo nas diferentes categorias profissionais, ao serviço de aprovisionamento, ao controlo de bens de consumo, ao controlo orçamental, ao controlo financeiro e contabilístico, à receita e à despesa, faz um

apelo específico ao envolvimento dos responsáveis políticos, da tutela política, que é o Governo Regional e mais directamente o membro do Governo com a pasta da Saúde, a Secretária Regional dos Assuntos Sociais, nos seguintes termos:

“Considerando os elevados Capitais Próprios negativos registados em 1999, resultantes, essencialmente, da sucessiva deterioração dos resultados Líquidos negativos registados nos últimos anos, que contribuíram para que o CSAH se encontrasse na situação de “falência técnica”, recomenda-se que o Conselho de Administração encontre, com urgência, junto da Tutela, as soluções que viabilizem o aumento do Capital Próprio, de forma a poder restabelecer-se o equilíbrio económico e financeiro”.

E ainda, nestes termos:

“Sendo o Orçamento Regional a principal fonte de receita do CSAH e considerando a permanente situação de desorçamentação/subfinanciamento, que tem originado a assunção de despesas sem cobertura orçamental, deve o Conselho de Administração encontrar, junto da Tutela, com urgência, as soluções técnicas de natureza financeiro/orçamental, que lhe permitam evitar as sucessivas situações de incumprimento, que, paradoxalmente, se têm vindo a agravar, nomeadamente no que concerne:

- à falta de rigor na previsão de receitas, originando elevados montantes de encargos assumidos e não pagos na gerência;
- à assunção de encargos sem cobertura orçamental/ultrapassagem dos limites orçamentais;
- ao facto de, previamente à assunção e autorização da despesa, não ser colhida, junto dos Serviços Financeiros, informação sobre a existência, ou não, da dotação orçamental da respectiva rubrica e, consequentemente, não se cativarem dotações orçamentais referentes a determinadas despesas;
- ao não acatamento das recomendações do Tribunal de Contas, relativamente às deficiências do controlo orçamental, motivadas pela actual situação financeira do Sistema Regional de Saúde, que sendo um problema estrutural, provoca estrangulamentos que conduzem à existência e acumulação de défices financeiros no sector, e, naturalmente, no crescimento da dívida administrativa da Região Autónoma dos Açores”.

Estamos, pois, perante um triste exemplo de falta de boa gestão política do Serviço Regional de Saúde, que exige do Governo Regional uma actuação política redobrada, pelo que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, requer os seguintes esclarecimentos:



Grupo Parlamentar

- 1) A cativação de 15% no orçamento de 2001 do Serviço Regional de Saúde, confirmada pelo Secretário Regional da Presidência para as Finanças em esclarecimentos prestados no Parlamento, correspondente aos duodécimos dos últimos três meses, teve também incidência no Centro de Saúde de Angra do Heroísmo? Qual o seu montante?
- 2) Tendo em conta a situação descrita, que medidas foram tomadas, com carácter de urgência, por forma a estabelecer e equilíbrio económico-financeiro do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo?
- 3) Vai ter o Centro de Saúde de Angra do Heroísmo o necessário reforço no seu orçamento, ainda para o corrente ano, para garantir a cobertura orçamental para fazer face aos encargos assumidos e não pagos e à dívida administrativa existente, garantir todas as despesas referentes ao seu funcionamento, ao custo com os cuidados prestados aos seus utentes por outras unidades de saúde ou pela privada e reembolsos?
- 4) Sendo certo que ao Centro de Saúde de Angra do Heroísmo, compete essencialmente assegurar a prevenção e educação para a saúde e as prestações de cuidados primários de saúde e tendo sido divulgado recentemente pelo Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos, que 40% dos utentes do Concelho de Angra do Heroísmo não têm médico de família, que medidas foram tomadas pontualmente para a resolução desta falta de clínicos gerais?

Ponta Delgada, 5 de Junho de 2002

Os Deputados Regionais,

José Manuel Bolieiro

Bento Barcelos

Clélio Menezes

Raúl Rego